



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc:
6.016/2019-e

Processo n.º: 6.016/2019-e

Origem: Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF

Assunto: Recurso administrativo

Ementa: Aplicação de penalidades à empresa JK Energia Ltda. em decorrência de irregularidades identificadas no curso da execução do Contrato n.º 16/2019-TCDF, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 15/2019-TCDF, celebrado entre a sociedade empresária e o TCDF, tendo por objeto a prestação de serviço de manutenção preditiva, preventiva e corretiva de sistemas de alimentação ininterrupta (SAI) ligados ao datacenter deste Tribunal, incluindo o fornecimento de peças. Indeferimento de recurso administrativo pela Presidência do TCDF. Interposição de pedido de reconsideração. **Nesta fase:** apreciação de pedido de reconsideração formulado pela empresa JK Energia Ltda.. Secretaria-Geral de Administração pugna pelo não conhecimento do apelo, ante a sua intempestividade. Consultoria Jurídica da Presidência pugna pelo não conhecimento do pedido de reconsideração, por carecer de interesse recursal e por ser intempestivo, sugerindo, alternativamente, que o recurso seja indeferido, no mérito. VOTO acolhendo, na essência, a proposta alternativa da Consultoria Jurídica da Presidência, pelo conhecimento do pedido de reconsideração e, no mérito, pelo seu desprovimento.

RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo, submetido nesta oportunidade ao descortino do Plenário para apreciação de pedido de reconsideração formulado pela empresa JK Energia Ltda. (e-DOC 2E0B35F7-c), em face de penalidades a ela impostas em decorrência de irregularidades identificadas no curso da execução do Contrato n.º 16/2019-TCDF¹, celebrado entre a sociedade empresária e o TCDF, tendo por objeto a prestação de serviço de manutenção preditiva, preventiva e corretiva de sistemas de alimentação ininterrupta (SAI) ligados ao datacenter deste Tribunal, incluindo o fornecimento de peças.

Para contextualizar o feito, transcrevo, no que pertine, com ajustes de forma, a manifestação da d. Consultoria Jurídica da Presidência – CJP/TCDF, consubstanciada no Parecer n.º 22/2023-CJP (e-DOC 3D6D2C65-e):

*Em exame, nesta fase, o pedido de reconsideração apresentado pela empresa interessada, em **02/12/2022**, às 10:52:35 (peça nº 221), em face do Despacho da Presidência nº 1269/2022, que indeferiu o recurso anteriormente manejado e manteve a aplicação da penalidade de impedimento de licitar com o Distrito Federal por cinco anos, cujo conhecimento pela interessada ocorreu por meio do Ofício nº 80/2022 – SERCO, datado de **12/08/2022**.*

¹ Oriundo do Pregão Eletrônico n.º 15/2019-TCDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc:
6.016/2019-e

Nas suas razões, a empresa alegou, em síntese, que “A decisão desta Tribunal em aplicar a penalidade de impedimento de contratar com a TODA a União ocorreu, com todo o respeito, em excesso que merece/precisa ser reconsiderado”, conforme exposto abaixo:

(i) “a sanção, como colocada acabara por inviabilizar a sua atividade, acarretando falência e consequente demissão dos funcionários”;

(ii) “pede-se a ponderação da penalidade, adequando-a aos fatos ocorridos”;

(iii) “a possibilidade de aplicação de outras modalidades de pena, mesmo a pecuniária, que, não surtirão efeito tão nefasto quanto a de impedimento de contratar com o Poder Público”;

(iv) “a imposição de sanção que acarrete sua extinção, se mostra notadamente excessiva, tanto em razão do prazo de duração, 5 (cinco) anos, quanto pela sua própria natureza”;

(v) “a decisão sancionatória, com todo o respeito, não cuidou de demonstrar motivos e a gravidade suficientemente os do ocorrido j justificassem a transposição da pena pecuniária para a de impedimento de contratar com a União”.

Ao final, requer:

“reconsideração da decisão que aplicou a sanção de impedimento de contratação com TODA a União, tendo em vista que os desdobramentos dela decorrentes, certamente acarretarão na inviabilidade da empresa, sua consequente extinção e demissão de funcionários. Uma empresa de pequeno porte funcionando há 16 anos com sonhos acabar.”

Ao analisar o pleito, a Chefe do Serviços de Contratos, com a anuência do Secretário de Licitação, Material e Patrimônio, por meio do Despacho nº 03/2023 – SERCO (peça nº 224), destacou o seguinte:

Do Pedido de Reconsideração

*6. Em apertada síntese, no documento à peça 221, após listar vários dispositivos legais, jurisprudência e doutrina, alguns desses sem conexão alguma com a matéria tratada, a empresa alega que o fato de TCDF ter lhe imputado “penalidade de impedimento de contratar com **TODA a União** ocorreu, com todo o respeito, em excesso que merece/precisa ser reconsiderado.” (grifo nosso)*

7. Acrescenta ainda, que a decisão do TCDF “inviabilizará a existência da empresa, o que certamente vai de encontro com a função social da norma.” E mais adiante, alega que “a decisão sancionatória, com todo respeito, não cuidou de demonstrar os motivos e a gravidade do ocorrido que justificassem suficientemente a transposição da pena pecuniária para de impedimento de contratar com a União.”

8. Para exemplificar sua argumentação, a JK Energia Ltda anexou um Ofício do Ministério Público do Estado de Rondônia, que informa que não renovará o contrato firmado com a empresa, tendo em vista



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc:
6.016/2019-e

que a consulta ao CEIS demonstrou que ela possui sanções quanto ao impedimento de participação em processos licitatórios.

9. Conclui requerendo:

*“humildemente a Vossa Excelência, que reflita sobre o exercício da reconsideração da decisão que aplicou a sanção de impedimento de contratação com **TODA a União**, tendo em vista que os desdobramentos dela decorrentes, certamente acarretarão na inviabilidade da empresa, sua consequente extinção e demissão de funcionários. Uma empresa de pequeno porte funcionando há 16 anos com sonhos acabar.” (grifo nosso)*

Do Juízo de Admissibilidade do Pedido de Reconsideração

10. A Lei nº 8.666/1993, em seu art. 109, Inc. III prevê o pedido de reconsideração nos seguintes termos:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

...

III - pedido de reconsideração, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do art. 87 desta Lei, **no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.** (grifo nosso)

11. Cumpre destacar que o recurso deve ser analisado sob dois aspectos, **o juízo de admissibilidade e o juízo de mérito**, sendo que os pressupostos recursais são analisados durante o juízo de admissibilidade do recurso. Todavia, o não preenchimento desses pressupostos enseja a sua **rejeição imediata**.

12. A Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública, estabelece em seu art. 63:

Art. 63 O recurso não será conhecido quando interposto:

I – fora do prazo;

13. Por meio do Ofício nº 80/2022 - SERCO, de **12/8/2022**, deu-se conhecimento à empresa de que seu recurso fora indeferido pelo Presidente do TCDF, o Conselheiro Paulo Tadeu Vale da Silva. Assim, pela letra da Lei nº 8.666/1993, art. 109, inc. III, a empresa teria **dez dias úteis** para efetuar seu pedido de reconsideração, ou seja, **até o dia 26/08/2022**. O pedido de reconsideração, conforme acima informado, **foi protocolado no dia 02/12/2022**, às 10:52:35, portanto, **intempestivo**.

14. Em homenagem ao princípio da segurança jurídica, a primeira causa de não conhecimento do recurso é a intempestividade, ou seja, a interposição do recurso fora do prazo legal (Lei nº 9.784/1999, art. 63, inc. I). Os prazos recursais são peremptórios e os interessados devem observá-los rigorosamente.

15. Assim como ao princípio da segurança jurídica, a Administração Pública deve obediência ao princípio da legalidade,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc:
6.016/2019-e

ambos consagrados no plano infraconstitucional, pela lei que rege o processo administrativo:

Lei nº 9.784/1999

Art. 2º. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

16. Cabe ressaltar que, segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "a tempestividade do recurso administrativo é requisito essencial para a devolução da matéria impugnada ao órgão julgador, pois intempestivo o recurso, opera-se a coisa julgada administrativa, tornando os seus efeitos efetivos e aptos a atingirem o patrimônio do particular" (RMS n.º10.338/PR, 2 Turma, Rei. Mina. Laurita Vaz, DJU de 16.12.2003).

17. Na lição muito precisa e ainda atual, Hely Lopes Meirelles assim nos ensina:

Coisa julgada administrativa: a denominada coisa julgada administrativa, que, na verdade, é apenas uma preclusão de efeitos internos, não tem o alcance da coisa julgada judicial, porque o ato jurisdicional da Administração não deixa de ser um simples ato administrativo decisório, sem a força conclusiva do ato jurisdicional do Poder Judiciário.

(...)

Realmente, o que ocorre nas decisões administrativas finais, é, apenas, preclusão administrativa, ou a irretratabilidade do ato perante a própria Administração. É sua imodificabilidade na via administrativa, para estabilidade das relações entre as partes.

Por isso, não atinge nem afeta situações ou direitos de terceiros, mas permanece imodificável entre a Administração e o administrado destinatário da decisão interna do Poder Público. Essa imodificabilidade não é efeito da coisa julgada administrativa, mas é consequência da preclusão das vias de impugnação interna (recursos administrativos) dos atos decisórios da própria Administração. Exauridos os meios de impugnação administrativa, torna-se irretratável, administrativamente, a última decisão, mas nem por isso deixa de ser atacável por via judicial.

*18. Diante dos argumentos doutrinários e jurisprudenciais expostos e confirmada a protocolização do Pedido de Reconsideração após o decurso do prazo legal, **é manifesta sua intempestividade**, motivo pelo qual ele não poderá ser conhecido.*

*19. Sendo assim, a pretensão ora apreciada, *sjm*, não passa de uma tentativa da Recorrente de fazer prevalecer seu interesse particular. Se acatada, estaria o TCDF violando os princípios norteadores da Administração Pública, em particular o da legalidade e da segurança jurídica. Abrir exceções à tempestividade daria margem para se protocolar a qualquer momento, descaracterizando assim a sua natureza jurídica de admissibilidade.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc:
6.016/2019-e

20. Em que pese a intempestividade do Pedido de Reconsideração enseje sua imediata rejeição, cabe refutar alguns pontos alegados pela JK Energia Ltda, quais sejam:

1. A recorrente solicita reconsideração da decisão que aplicou a sanção de impedimento de contratação com **toda a União**. Ocorre que o TCDF aplicou penalidade de **impedimento de licitar com o Distrito Federal**;

2. Alega que não foi observado o devido processo legal e ampla defesa. Conforme acima citado e documentos constantes dos autos, esses princípios foram fielmente observados;

3. Reclama da desproporcionalidade e irrazoabilidade da pena. Ora, apresentar documentação falsa é de tamanha gravidade, que tal ato é tipificado no art. 297 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal. Dessa forma, no âmbito da Administração Pública, é imprescindível coibir que tais atos se propaguem;

4. Provavelmente o Ministério Público de Rondônia se recusou a prorrogar o contrato mantido com a recorrente, não só em função da penalização a ela imputada pelo TCDF, mas de outros órgãos que também aplicaram a mesma pena à recorrente, conforme dados extraídos do SICAF:

The screenshot shows the SICAF system interface. At the top, there's a search bar with 'Consultar Identificação Contratos Administração Pública'. Below it, a 'Detalhar' section shows the company's CNPJ (08.847.656/0001-56), Razão Social (JK ENERGIA LTDA), and Nome Fantasia (JK ENERGIA LTDA). Below this, there's a table of 'Ocorrências' (Occurrences) with columns: Tipo Ocorrência, Using/Entidade Sancionada(s), Âmbito/Abrangência da Sanção, Plano, Data Inicial, and Data Final.

Tipo Ocorrência	Using/Entidade Sancionada(s)	Âmbito/Abrangência da Sanção	Plano	Data Inicial	Data Final
Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02 art. 7º	CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	Distrito Federal	Determinado	11/04/2022	11/04/2024
Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02 art. 7º	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO D. FEDERAL	União	Determinado	29/07/2022	29/07/2025
Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02 art. 7º	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	Distrito Federal	Determinado	06/07/2022	04/07/2027
Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02 art. 7º	JUSTICA FEDERAL DE 1ª INSTANCIA - RN	União	Determinado	06/10/2022	06/10/2025

21. Diante do exposto e considerando que o Pedido de Reconsideração foi protocolado **intempestivamente**, encaminham-se os autos à consideração de Vossa Senhoria, opinando pelo **não conhecimento do recurso**.

A Segedam, ao se pronunciar sobre os argumentos apresentados pela Recorrente, mediante a Informação nº 033/2023 (peça 225), manifestou-se de acordo com as unidades instrutivas, nos termos a seguir reproduzidos:

2. O referido ajuste foi rescindido unilateralmente por este Tribunal (peça nº 194), no dia 04.07.2022, tendo em vista que ao longo da execução contratual a empresa apresentou certidões com indícios de fraude, sendo que as informações nelas constantes divergiam das extraídas diretamente da página da Receita Federal (peças nºs 409, 440, 459, 477, 496, e 514 do processo nº 16.209/2019).

3. Ademais, foram aplicadas à contratada as seguintes sanções:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc:
6.016/2019-e

a) Impedimento de contratar e licitar com o Distrito Federal, com suspensão temporária de 5 (cinco) anos, com amparo no art. 7º, da Lei nº 10.520/2002 e no item 14.1, da Cláusula Décima Quarta, do Contrato nº 16/2019; e

b) Aplicação de multa no valor de R\$ 4.386,63 (quatro mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e três centavos), em consonância com item 14.6, da Cláusula Décima Quarta, do Contrato nº 16/2019;

4. Foi decidido ainda, pela remessa dos documentos pertinentes ao Ministério Público Federal para apuração da possível ocorrência de delito, consubstanciado na falsificação de documento público.

5. Irresignada, a empresa JK Energia apresentou Pedido de Reconsideração (peça nº 201), o qual foi rejeitado pela Presidência (peça nº 207), tendo em conta o Parecer nº 117/2022 – CJP, emitido pela Consultoria Jurídica (peça nº 206).

6. Assim, nesta assentada, a empresa apresenta nova peça recursal (peça nº 221), solicitando especificamente a reconsideração do impedimento de licitar e contratar.

7. Em síntese, após listar vários dispositivos legais, jurisprudência e doutrina, alguns desses sem conexão com a matéria tratada, a empresa alega que o fato do TCDF ter-lhe imputado a “penalidade de impedimento de contratar com TODA a União ocorreu, com todo o respeito, em excesso que merece/precisa ser reconsiderado.”

8. O requerimento foi analisado pelo Serviço de Contratos – Serco, peça nº 224, que concluiu a sua instrução nos seguintes termos:

Diante do exposto e considerando que o Pedido de Reconsideração foi protocolado intempestivamente, encaminha-se os autos à consideração de Vossa Senhoria, opinando pelo não conhecimento do recurso.

9. Entrementes, embora tenha pugnado pela intempestividade da peça recursal e, conseqüentemente, pela sua inadmissibilidade, o Serco abordou algumas questões suscitadas pela Contratada, refutando-as, conforme transcrição a seguir:

1. A recorrente solicita reconsideração da decisão que aplicou a sanção de impedimento de contratação com toda a União. Ocorre que o TCDF aplicou penalidade de impedimento de licitar com o Distrito Federal;

2. Alega que não foi observado o devido processo legal e ampla defesa. Conforme acima citado e documentos constantes dos autos, esses princípios foram fielmente observados;

3. Reclama da desproporcionalidade e irrazoabilidade da pena. Ora, apresentar documentação falsa é de tamanha gravidade, que tal ato é tipificado no art. 297 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal. Dessa forma, no âmbito da Administração Pública, é imprescindível coibir que tais atos se propaguem;

4. Provavelmente o Ministério Público de Rondônia se recusou a prorrogar o contrato mantido com a recorrente, não só em função da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc:
6.016/2019-e

penalização a ela imputada pelo TCDF, mas de outros órgãos que também aplicaram a mesma pena à recorrente, conforme dados extraídos do SICAF:

10. O posicionamento do Serviço de Contratos foi acompanhado pelo Secretário de Licitação, Material e Patrimônio.

11. Assim, estando de acordo com as unidades instrutivas, submeto o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência, para deliberação quanto ao novo Pedido de Reconsideração apresentado pela empresa JK ENERGIA LTDA, peça nº 221, não sem antes a oitiva da douta Consultoria Jurídica.

Na sequência, os autos foram encaminhados a esta Consultoria Jurídica, por meio do Despacho da Presidência s/nº, para emissão de parecer.

Feito o relatório, passa-se à análise da matéria.

Com efeito, o Serviço de Contratos esmiuçou a questão em análise e, com razão, propôs o não conhecimento do Pedido de Reconsideração, vez que não obedeceu ao prazo estipulado pela legislação que rege a matéria, carecendo, desta forma, da tempestividade. Nesse sentido, o Pedido de Reconsideração de peça nº 221 foi protocolado no dia 02/12/2022 e a ciência da interessada do Despacho nº 1269/2022, que indeferiu o recurso no mérito, ocorreu por meio do Ofício nº 80/2022 – SERCO, datado de 12/08/2022.

Acrescente-se que o pleito carece de interesse recursal, composto pelo binômio necessidade e utilidade. Nesse sentido, não se vislumbra utilidade no provimento do pleito, visto que o pedido formulado foi o afastamento da sanção de “impedimento de contratação com **toda a União**” e o **Despacho nº 721/2022 – Segedam** (AA) aplicou a sanção de licitar com o **Distrito Federal**, confira:

(...)

II. Aplicar à JK ENERGIA LTDA. a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo prazo de 05 (cinco) anos, com amparo no art. 7º, da Lei nº 10.520/2002 e no item 14.1, da Cláusula Décima Quarta, do Contrato nº 16/2019;

Ademais, mesmo que se considerem ultrapassadas as questões relativas aos requisitos intrínsecos e extrínsecos do recurso, **no mérito**, entende-se que a recorrente não juntou novos elementos capazes de afastar as penalidades que lhe foram imputadas.

Assim, esta Consultoria Jurídica, restrita aos aspectos jurídico-formais, opina:

I – pelo **não conhecimento** do pedido de reconsideração de peça nº 221, por carecer de interesse recursal e tempestividade;

II – porventura conhecido, **no mérito**, pelo **indeferimento** do pedido de reconsideração, visto que a interessada não juntou novos elementos capazes de afastar as penalidades;” (destaques originais)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc:
6.016/2019-e

Os autos foram distribuídos a este Relator, em conformidade com a certidão de e-DOC 7E153A15-e, da Assessoria Técnica da Presidência.

É o relatório.



VOTO

Nesta etapa, o presente **processo administrativo** foi submetido ao descortino do Plenário para apreciação de **pedido de reconsideração** formulado pela empresa **JK Energia Ltda.**, signatária do Contrato n.º 16/2019-TCDF², celebrado entre a sociedade empresária e o TCDF, tendo por objeto a prestação de serviço de manutenção preditiva, preventiva e corretiva de sistemas de alimentação ininterrupta (SAI) ligados ao datacenter deste Tribunal, incluindo o fornecimento de peças.

No DODF de 05.07.2022, restou publicado ato do Secretário-Geral de Administração do TCDF (Despacho n.º 721/2022 – Segedam) alusivo à aplicação de penalidades à empresa JK Energia Ltda., desta forma:

*“Por este Ato Administrativo, o DISTRITO FEDERAL, por intermédio do TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, com sede nesta capital, inscrito no CNPJ nº 00.534.560/0001-26, neste ato representado na forma de seu Regimento Interno e Portaria - TCDF nº 3, de 11 de janeiro de 2021, artigo 1º, inciso XIII, pelo seu Secretário-Geral de Administração, Sr. PAULO CAVALCANTI DE OLIVEIRA, considerando que a empresa JK ENERGIA LTDA., incorreu em falsificação de documentos fiscais, no decorrer da execução do Contrato nº 16/2019, comprovada por meio de registro próprio, efetuado pelo representante do Contratante, especialmente designado para fiscalizar e acompanhar o ajuste, com fundamento no subitem 14.1, da Cláusula Décima Quarta, do Contrato nº 16/2019 c/c os inc. I dos art. 78 e 79, ambos da Lei nº 8.666/1993, resolve: I. **Rescindir o Contrato nº 16/2019**, celebrado com a empresa JK ENERGIA LTDA., CNPJ nº 08.847.646/0001-56, com sede no SHCS CL Quadra 215, Bloco C, Loja 13, 1º andar, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.294-530, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção preditiva, preventiva e corretiva de sistemas de alimentação ininterrupta (SAI), trifásico, da marca PHD, modelo TRY 15kVA, ligados ao datacenter do Tribunal de Contas do Distrito Federal, por um período de 12 (doze) meses, incluindo fornecimento de peças, e-DOC 30183FE0 Proc 6016/2019-e Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse www.tc.df.gov.br/autenticidade e informe o e-DOC 30183FE0 TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL Pag. 2 de 2 SEGEDAM- Secretaria-Geral de Administração SELIP – Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio SERCO – Serviço de Contratos de acordo com as especificações e as condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 15/2019 e seus anexos, a contar de 04.07.2022, com fundamento nos inc. I dos art. 78 e 79, ambos da Lei nº 8.666/1993; II. **Aplicar à JK ENERGIA LTDA. a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo prazo de 05 (cinco) anos, com amparo no art. 7º, da Lei nº 10.520/2002 e no item 14.1, da Cláusula Décima Quarta, do Contrato nº 16/2019**; III. **Aplicar à JK ENERGIA LTDA a***

² Oriundo do Pregão Eletrônico n.º 15/2019-TCDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc:
6.016/2019-e

penalidade de multa, por apresentar documentação falsa, no valor de R\$ 4.386,63 (quatro mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e três centavos), em consonância com item 14.6, da Cláusula Décima Quarta, do Contrato nº 16/2019; e, VI. Encaminhar documentos pertinentes ao Ministério Público para apuração da autoria e materialidade do delito” (destaquei)

A mencionada sociedade empresária interpôs recurso administrativo, previsto no art. 109, inciso I, da Lei n.º 8.666/1993³, e em consonância com o art. 2º, parágrafo único, inciso X⁴, c/c o art. 56 da Lei Federal n.º 9.784/1999⁵, recepcionada no Distrito Federal por intermédio da Lei Distrital n.º 2.834/2001.

O referido recurso foi indeferido pelo então Presidente da Corte, Conselheiro Paulo Tadeu, mediante o Despacho n.º 1.269/2022-PRESIDÊNCIA⁶, que acolheu os fundamentos do Parecer n.º 117/2022-CJT⁷, da Consultoria Jurídica da Presidência, do qual se destacam os seguintes trechos, transcritos com ajustes de forma:

“(…)

No mérito, entende-se que a recorrente não juntou novos elementos capazes de afastar as penalidades que lhe foram imputadas. Da leitura do recurso, infere-se que se pretende reanalisar a matéria sem a correspondente juntada de documentos novos que comprovem a alegação da inexistência de falsificação de certidão, ou que não tenha concorrido para o ato que lhe é atribuído.

Deveras, por meio do Despacho nº 721/2022-Segedam, publicado no DODF do dia 05.07.2022, considerou que:

“(…)

Cabe rememorar que a recorrente teve as garantias processuais asseguradas (contraditório e ampla defesa), com a interposição de recurso e a oportunidade de juntada de documentos à comprovação das suas alegações.

Nesse sentido, destaca-se excertos da manifestação desta Consultoria Jurídica lançada na Nota nº 98/2022 (peça nº 193), in verbis:

Com efeito, o Serviço de Contratos esmiuçou a questão em análise, e, com razão, propôs o termo da relação jurídica com amparo nos artigos 55, inciso

³ Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

(…)

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;

f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

(…)

§ 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

⁴ Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

(…)

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

⁵ Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

⁶ e-DOC 71BF9BA0-e.

⁷ e-DOC CC18EA97-e.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc:
6.016/2019-e

XIII⁸, 78⁹ e 79¹⁰, todos da Lei nº 8.666/1993. Pela pertinência, reproduz-se trecho do Despacho nº 70/2022 – Serco, in verbis:

10. Inicialmente cabe ressaltar que assiste razão ao executor. De fato, no email em que encaminhou o Ofício a empresa limitou-se a lamentar o ocorrido (peça 187). No corpo do ofício dedicou-se a exaltar sua boa conduta durante a execução contratual e por esse motivo solicitou que o TCDF desconsidere o episódio.

11. Os documentos encaminhados posteriormente pela contratada também não constituem em prova a seu favor. O email encaminhado à Receita Federal não veio acompanhado de resposta e muito menos do documento que supostamente foi anexado à mensagem. A certidão positiva com efeitos de negativa, apesar de autêntica, também em nada se relaciona com o fato ora em análise, uma vez que foi emitida no dia 27/4/2022, com validade até 24/10/2022.

12. Diante da gravidade do fato suscitado pela Segedam, este Serviço de Contratos procedeu um exame sistemático nos documentos fiscais apresentados anteriormente pela contratada, que estão no processo de pagamento de nº 16029/2019.

13. A partir da análise acima citada pode-se concluir que outros seis documentos apresentados pela contratada ou foram adulterados ou não são autênticos. Ressalta-se que nas seis ocasiões foram juntadas apenas duas certidões, com dados diferentes, a de código de controle nº8967.D008.84F6.91AA e a de nº 8264.D006.62G6.91AA, sendo que para essa última a consulta de validação no site da Receita informa que não é autêntica, conforme comprovantes à peça 188. O resumo da validação das certidões está sintetizado abaixo:

PROCESSO DE PAGAMENTO Nº 16029/2019							
Documento Apresentado pela Contratada				Documento Extraído da Página da Receita			
Peça	Código de Controle	Data de Emissão	Validade	Código de Controle	Data de Emissão	Validade	Conclusão
409 e 440	8967.D008.84F6.91AA	17/03/2021	13/12/2021	8967.D008.84F6.91AA	17/03/2021	13/09/2021	Documento adulterado
459	8967.D008.84F6.91AA	17/03/2021	01/12/2021	8967.D008.84F6.91AA	18/03/2021	14/09/2021	Documento adulterado
477	8264.D006.62G6.91AA	10/10/2021	28/02/2022	8264.D006.62G6.91AA	não consta	não consta	Certidão não é autêntica
496	8264.D006.62G6.91AA	10/10/2021	28/02/2022	8264.D006.62G6.91AA	não consta	não consta	Certidão não é autêntica
514	8967.D008.84F6.91AA	17/02/2022	13/09/2022	8967.D008.84F6.91AA	17/03/2021	13/09/2021	Documento adulterado

14. Sendo assim, esse Serco expediu o Ofício nº 56/2022, abrindo novo prazo para que a Contratada se pronunciasse a respeito dessas novas ocorrências, apresentando suas razões de justificativas e documentação que as comprovem (peça 183).

15. Desta feita, no Ofício 0106/2022 (peça 189), a JK Energia relacionou em sua resposta os mesmos argumentos anteriormente apresentados, ou seja, de que é cumpridora de seus contratos e que nunca sofreu penalidade no curso de mais cinco anos, pois sempre cumpriu o contrato com eficiência.

16. A seguir, enfatizou que seu contador relatou o fato à Receita Federal, porém, não obteve resposta, pois segundo a Contratada “o atendimento junto a esse órgão é oneroso”.

17. Anexou uma mensagem da Receita Federal informando que o canal acionado não é o adequado para obter os serviços/informações solicitados pela JK Energia e a seguir relaciona os serviços que o canal presta. Mais adiante a Receita enfatiza que a solicitação “não poderá ser atendida por este canal, pois não identificamos que se trata de algum dos serviços acima relacionados.”

18. Por fim, a Contratada, em uma redação confusa, na qual não é possível identificar se são seus próprios argumentos ou de outro órgão/pessoa, elenca uma

⁸ Lei nº 8.666/1993: Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: (...)

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

⁹ Lei nº 8.666/1993.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

¹⁰ Lei nº 8.666/1993.

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc:
6.016/2019-e

série de itens relacionados à suspensão pelo TCDF de seus pagamentos, eis os dizeres:

(...)

19. A Contratada termina sua carta juntando nova certidão positiva com efeitos de negativa, emitida em 02/05/2022, cuja validade foi averiguada na página da Receita Federal.

20. Em suma, em momento algum ao longo de sua carta a JK energia apresentou razões de justificativa para as quais foi instada a se pronunciar, quais sejam: incompatibilidade de dados entre as sete certidões por ela apresentadas e as extraídas diretamente do site da Receita Federal. Se limitou a afirmar que a empresa não falsificou nenhum documento, pois não tem motivos para isso. Além disso, também não juntou documentos que comprovem sua alegação de que não falsificou nenhuma certidão

Ademais, no caso, foi devidamente oportunizada a defesa acerca dos fatos imputados à contratante, que não apresentou razões de justificativa para as quais foi instada a se pronunciar, nem juntou documentos que comprovem a alegação de que não falsificou nenhuma certidão.

(...)

Por sua vez, o Contrato entabulado entre as partes também tratou acerca da matéria nos itens 14.1¹¹ e 14.6¹² da Cláusula Décima Quarta. Portanto, impõe-se a aplicação das sanções sugeridas pelo Serco, diante da determinação legal e contratual acima delineada.

O Serviço de Contratos ainda destacou que a contratada apresentou certidões em que não há compatibilidade entre elas e as extraídas diretamente da página da Receita Federal, o que tange às datas de expedição/validade ou não autênticas e com o agravante da reincidência.

No diapasão, não se pode olvidar do poder-dever disciplinar da Administração e a sua submissão ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, devendo agir em consonância com as regras do contrato e do edital.

Cabe ressaltar que é entendimento pacificado no TJDF o pagamento devido pela execução até a data da extinção contratual¹³, podendo a Administração reter créditos até o limite do prejuízo.

(...)

Sabe-se que na aplicação da sanção administrativa o administrador deve atuar pautado nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, aplicando a pena de acordo com a gravidade da infração e ainda, seguindo os parâmetros traçados no edital e no próprio contrato. Dessarte, pela gravidade do ato, na linha descrita pelas unidades administrativas, no nosso entendimento, as sanções administrativas devem permanecer.

¹¹ 1 Contrato 16/2019 - Cláusula Décima Quarta: "14.1 Aquele que deixar de entregar documentação ou apresentar comprovação falsa exigida no certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento de ajuste, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais."

¹² Contrato 16/2019 - Cláusula Décima Quarta: "Pela inexecução parcial ou total do ajuste, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA multa de 12% (doze por cento) ou de 15% (quinze por cento), respectivamente, sobre o valor total do contrato."

¹³ APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. SERVIÇOS PRESTADOS. RETENÇÃO DE PAGAMENTO CONDICIONADA À COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL. INDEVIDA. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA. FIXAÇÃO MODIFICADA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 85, §8º, CPC. 1. No curso do procedimento licitatório, pode a Administração exigir a regularidade fiscal como requisito para habilitação e contratação do licitante vencedor. Todavia, após a execução dos serviços, não lhe é permitido alegar tal irregularidade para fins de suspensão de pagamento, sob pena de se prestigiar o enriquecimento indevido do Poder Público, que efetivamente recebeu os serviços prestados, mas não realizou a contraprestação contratada. (...) 3. Recursos conhecidos. Apelo do réu e da autora improvidos. Remessa necessária parcialmente provida. (Acórdão 1026572, 20160110611907APO, Relator: ANA CANTARINO, 8ª TURMA CÍVEL, data de julgamento: 22/6/2017, publicado no DJE: 27/6/2017. Pág.: 485/487)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc:
6.016/2019-e

Ademais, esta Consultoria Jurídica, em harmonia com o entendimento pacificado na jurisprudência, manifesta-se pelo pagamento das parcelas referentes à execução do contrato até a data da sua rescisão unilateral, conforme já abordado na Nota nº 98/2022 transcrita parcialmente acima.

*Acrescente-se, ainda, a doutrina da professora Raquel de Carvalho:
(...)*

O Tribunal de Contas da União já decidiu que A perda da regularidade fiscal no curso de contratos de execução continuada ou parcelada justifica a imposição de sanções à contratada, mas não autoriza a retenção de pagamentos por serviços prestados. (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012). (grifos nossos).

*Nessas balizas, o Segedam destacou que os pagamentos devidos à contratada devem ser efetivados, nos limites do seu direito, conforme trecho da Informação nº 200/2022 (peça nº 203), a seguir transcrito:
(...)*

*Como mencionado alhures, nesse ponto, o recurso carece de interesse processual, não merecendo conhecimento, uma vez que a Administração irá adotar as providências necessárias para apurar os eventuais créditos decorrentes dos serviços efetivamente executados, abatendo-se, por óbvio, os débitos pendentes.
(...)”*

Posteriormente, a empresa protocolou o pedido de reconsideração em tela, com espeque no art. 109, inciso III, da Lei n.º 8.666/1993¹⁴, do qual importa transcrever o que segue:

“(…)

Em que pese ser clara a prerrogativa do CONTRATANTE de fiscalizar os serviços prestados e de apurar eventuais faltas e atrasos, inclusive aplicando as penalidades descritas em contrato e na própria Lei, in casu, o exercício dessas prerrogativas, diante da verdade dos fatos, mostra-se excesso que precise ser revisto para adequar a penalidade aplicada a parâmetros que se aproximem mais da razoabilidade e da proporcionalidade, a empresa efetuou pagamento de multa para o TCDF, desde a penalidade aplicada parou de executar suas atividades, correndo risco de perder o único contrato em anexo que viabiliza a empresa, se a mesma não voltar a trabalhar vai morrer ressaltamos que obtivemos um excelente relacionamento mais de 8 anos na execução de contratos anteriores, pedimos que leve em consideração essa nossa boa conduta e nos de clemência, a empresa já foi penalizada o suficiente misericórdia.

(...)

Por todo o exposto, requer, humildemente a Vossa Excelência, que reflita sobre o exercício da reconsideração da decisão que aplicou a sanção de impedimento de contratação com TODA a União, tendo

¹⁴ Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

(...)

III - pedido de reconsideração, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do art. 87 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc:
6.016/2019-e

em vista que os desdobramentos dela decorrentes, certamente acarretarão na inviabilidade da empresa, sua consequente extinção e demissão de funcionários. Uma empresa de pequeno porte funcionando há 16 anos com sonhos acabar.”

A Secretaria-Geral de Administração pugna pelo não conhecimento do apelo, ante a sua intempestividade, à luz do art. 63, inciso I, da Lei Federal n.º 9.784/1999. Para tanto, anotou¹⁵ que:

*“13. Por meio do Ofício nº 80/2022 - SERCO, de **12/8/2022**, deu-se conhecimento à empresa de que seu recurso fora indeferido pelo Presidente do TCDF, o Conselheiro Paulo Tadeu Vale da Silva. Assim, pela letra da Lei nº 8.666/1993, art. 109, inc. III, a empresa teria **dez dias úteis** para efetuar seu pedido de reconsideração, ou seja, **até o dia 26/08/2022**. O pedido de reconsideração, conforme acima informado, **foi protocolado no dia 02/12/2022**, às 10:52:35, portanto, **intempestivo**.”* (grifos originais)

A Consultoria Jurídica da Presidência, no Parecer n.º 22/2023-CJP, transcrito, em parte, no relatório precedente, pugna também pelo não conhecimento do pedido de reconsideração.

Além de concordar com intempestividade registrada pela Segedam/TCDF, a CJP asseverou que a peça *sub examine* carece de interesse recursal, pois “*não se vislumbra utilidade no provimento do pleito, visto que o pedido formulado foi o afastamento da sanção de ‘impedimento de contratação com toda a União’ e o Despacho nº 721/2022 – Segedam (AA) aplicou a sanção de licitar com o Distrito Federal*”.

Ainda, a CJP, em proposta alternativa, opina que, caso conhecido o pedido de reconsideração, o pleito deve ser, no mérito, desprovido, “*visto que a interessada não juntou novos elementos capazes de afastar as penalidades*”.

Sendo esse o relato necessário, adianto que possuo entendimento convergente, na essência, com a proposta de mérito apresentada pela Consultoria Jurídica da Presidência.

Em relação à tempestividade do pedido de reconsideração, observo que a Segedam/TCDF e a CJP adotaram, como marco inicial para a contagem do prazo de 10 (dez) dias previsto no art. 109, inciso III, da Lei n.º 8.666/1993, a data do Ofício n.º 80/2022-SERCO, 12.08.2022.

O referido ofício trata de comunicação à empresa JK Energia Ltda. acerca do resultado do primeiro recurso administrativo por ela impetrado.

Ocorre que ao compulsar os autos, não identifiquei qualquer documento, assinatura, visto que indique que a sociedade empresária tenha tomado ciência do Ofício n.º 80/2022-SERCO.

¹⁵ e-DOC 1975D75D-e.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc:
6.016/2019-e

Portanto, embora a interposição do pedido de reconsideração demonstre que a empresa conheceu do resultado do recurso inicial, não há demonstração cabal da data de ciência, o que impede a conclusão pela intempestividade do apelo.

Como se sabe, a intimação válida é pressuposto essencial para garantia do devido processo legal administrativo, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, de índole constitucional, e está também assegurada à luz do art. 2º, incisos VIII¹⁶ e X¹⁷, art. 26, *caput*¹⁸, e § 3º¹⁹, art. 28²⁰ e art. 66²¹ da Lei Federal n.º 9.784/1999.

Ademais, a Lei n.º 8.666/1993, em seu art. 109, § 5º, preconiza que “Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.”

Cumprir registrar que o Superior Tribunal de Justiça – STJ já deliberou pela nulidade de atos praticados sem obediência ao referido comando legal:

“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA PARA A CONCESSÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E IMAGENS. HABILITAÇÃO. RECURSOS TEMPESTIVOS. REPRESENTAÇÕES APRESENTADAS SEM VISTA DA PARTE CONTRÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA PARCIALMENTE PROCEDENTE.

Na interposição de recurso administrativo a Comissão de Licitação deve franquear à parte recorrida vista do processo. Inteligência do art. 109, § 5º, da Lei 8.666/93.

Mandado de Segurança parcialmente concedido para declarar nulos os atos posteriores à interposição das Representações.”

(MS n. 7.106/DF, relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Seção, julgado em 27/6/2001, DJ de 17/9/2001, p. 101.)

E dos elementos carreados ao feito não se constata que tenha sido ofertada vista do processo à empresa recorrente, de modo que não se pode computar a fluência do prazo para interposição do recurso.

Assim sendo, resta considerar tempestivo o pedido de reconsideração em comento.

¹⁶ VIII – observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

¹⁷ X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

¹⁸ Art. 26. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

¹⁹ § 3º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

²⁰ Art. 28. Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

²¹ Art. 66. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.



Inclusive, ante à relevância do tema, penso que o Plenário deve exarar alerta à Segedam/TCDF para que observe, nos processos administrativos de licitações e contratos, os regramentos do art. 26, § 3º, da Lei Federal n.º 9.784/1999²², quanto à necessidade de assegurar a ciência dos interessados sobre os atos processuais pertinentes, bem como o disposto no art. 109, § 5º, da Lei n.º 8.666/1993, fazendo constar das notificações de atos passíveis de recurso, representação ou pedido de reconsideração, que será franqueada vista do respectivo processo ao interessado.

Relativamente ao outro motivo suscitado pela CJP para o não conhecimento do pedido de reconsideração em epígrafe, entendo que não restou suficientemente demonstrada a ausência de interesse recursal, haja vista que foi efetivamente aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, ainda que em abrangência diferente da indicada no recurso.

Portanto, preliminarmente, reconhecidos os pressupostos legais, sou pelo conhecimento do pedido de reconsideração apresentado pela empresa JK Energia Ltda..

Quanto ao mérito, tenho que o pleito deve ser indeferido.

Para tanto, incorporo²³ às minhas razões de decidir, os fundamentos meritórios consignados no Despacho n.º 03/2023-SERCO²⁴ e no Parecer n.º 22/2023-CJT.

A decisão administrativa de aplicação de penalidade, bem como a que indeferiu o recurso inicial foram devidamente motivadas, em atenção ao art. 50, incisos II e V²⁵, da Lei Federal n.º 9.784/1999. E não foram trazidos argumentos ou documentos que afastem as causas das sanções.

O conjunto probatório dos autos evidencia, em suma, que *“ao longo da execução contratual a empresa apresentou certidões com indícios de fraude, sendo que as informações nelas constantes divergiam das extraídas diretamente da página da Receita Federal (peças n.ºs 409, 440, 459, 477, 496, e 514, do processo n.º 16.209/2019)”*²⁶, o que inclusive ensejou a apresentação de representação ao Ministério Público Federal pela Segedam/TCDF²⁷, para fins de apuração de autoria e materialidade do delito.

²² § 3º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

²³ Nos termos do art. 2º, § 3º, do Decreto n.º 9.830/2019, “A motivação poderá ser constituída por declaração de concordância com o conteúdo de notas técnicas, pareceres, informações, decisões ou propostas que precederam a decisão”

²⁴ e-DOC 1975D75D-e.

²⁵ Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

(...)

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

(...)

V - decidam recursos administrativos;

(...)

²⁶ e-DOC 324FFA43-e.

²⁷ e-DOC B69B0292-e.



Desse modo, em face da gravidade da irregularidade, não há que se falar que as penalidades impostas pelo TCDF à Recorrente tenham sido excessivas. Ao contrário, à luz das circunstâncias do caso concreto, as sanções aplicadas se revelam plenamente compatíveis com os postulados da razoabilidade e da proporcionalidade.

Ainda, especialmente em relação à penalidade de impedimento de licitar e contratar, objeto do pedido de reconsideração, verifico que a sanção atendeu plenamente também o princípio da legalidade, pois, como apontado no Parecer n.º 22/2023-CJP, o impedimento se deu estritamente em relação à Administração Pública do Distrito Federal, e não com “TODA a União”, como alegado pela Recorrente.

Assim, a sanção ora combatida está em conformidade com o disciplinado no art. 7º da Lei Federal n.º 10.520/2002, no art. 2º, inciso III, do Decreto Distrital n.º 26.851/2006²⁸, no item 14.1 da Cláusula Décima Quarta do Contrato n.º 16/2019 e na jurisprudência desta Corte (Decisão n.º 527/2017), não havendo vício a ser sanado.

Por fim, constato que à peça 201 foi juntado laudo médico, com informações pessoais, o que enseja a imposição de restrição de acesso àquele documento, na forma do art. 33 da Resolução TCDF n.º 350/2021²⁹.

Ante o exposto, acolhendo, na essência, a proposta alternativa da Consultoria Jurídica da Presidência, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento:

- a) do pedido de reconsideração formulado pela empresa JK Energia Ltda. (e-DOC 2E0B35F7-c), em face de penalidades a ela impostas em decorrência de irregularidades identificadas no curso da execução do Contrato n.º 16/2019-TCDF;
- b) do Despacho n.º 03/2023-SERCO (e-DOC 1975D75D-e);
- c) da Informação n.º 33/2023-SEGEDAM (e-DOC 324FFA43-e);
- d) do Parecer n.º 22/2023-CJP (e-DOC 3D6D2C65-e);

II. no mérito, indefira o recurso a que alude o item I.a retro;

III. alerte à Secretaria-Geral de Administração – Segedam/TCDF para que, doravante, observe, nos processos administrativos de licitações e contratos, os regramentos do art. 26, § 3º, da Lei

²⁸ Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

²⁹ Art. 33. As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem produzidas ou custodiadas pelo Tribunal:

I – terão acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que se referirem, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da data de sua produção;

II – poderão ter sua divulgação ou acesso por terceiros autorizados por previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc:
6.016/2019-e

Federal n.º 9.784/1999, quanto à necessidade de assegurar a ciência dos interessados sobre os atos processuais pertinentes, bem como o disposto no art. 109, § 5º, da Lei n.º 8.666/1993, fazendo constar das notificações de atos passíveis de recurso, representação ou pedido de reconsideração, que será franqueada vista do respectivo processo ao interessado;

IV. autorize:

- a) o envio de cópia dos documentos indicados nos itens I.b, I.c e I.d precedente, deste Relatório/Voto e da decisão a ser adotada à empresa recorrente, por intermédio de sua representante legal;
- b) a imposição de restrição de acesso à peça 201 pela Segedam/TCDF, na forma do art. 33 da Resolução TCDF n.º 350/2021;
- c) a remessa dos autos à Segedam/TCDF, para os devidos fins.

Sala das Sessões, 15 de março de 2023

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator